

# **ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL (1989-2014)**

## **TERCEIRO COLOCADO: ATOR COMPETITIVO?**

**\*\*Texto revisado em 21 de Março de 2018\*\***

Por *Rui Tavares Maluf\**

### ***SUMÁRIO***

Apresentação

Introdução

Objetivo do estudo

Razão para estudar o terceiro lugar

Perguntas a serem respondidas

Contextos das eleições presidenciais

O quadro de candidaturas

Frequência dos candidatos à Presidência

Frequência dos partidos nas candidaturas presidenciais

Os partidos políticos dos terceiros colocados

Os terceiros colocados

A força do terceiro colocado: alternativa concreta aos dois primeiros?

A quarta colocação para baixo foi importante no desfecho da disputa?

O terceiro colocado e os retardatários: quem ganha?

Terceiro, retardatários e a Marginalidade Eleitoral

A representatividade geral e a do terceiro colocado

Terceiro e retardatários juntos contra o segundo colocado

Palavras finais

Fontes pesquisadas

Glossário dos indicadores

Anexos

## APRESENTAÇÃO

Na iminência de o Brasil viver neste segundo semestre de 2018 uma de suas eleições presidenciais mais complexas e incertas da história recente devido a tudo que se passou a partir da deflagração da Operação Lava Jato e consequente crise econômica, política e moral, fala-se muito no desejo de uma candidatura diferente das tradicionais e de tudo que está por aí. Dentre as chamadas novas postulações, a do deputado federal Jair Bolsonaro traz muita inquietação em largo espectro dos analistas e dentre muitos dos que se interessam pela vida pública deste País em decorrência das posições extremadas de sua agenda e de sua postura duvidosa em relação ao regime democrático. A proposta do estudo que ora divulgo foi a de fazer uma investigação retrospectiva das sete (7) eleições realizadas sob a égide da atual Constituição e, também, a de demonstrar as condições endógenas em que se deu a disputa e a terceira colocação no resultado do primeiro turno, e, finalmente, problematiza-las. Ainda e quando seja forçoso reconhecer a particularidade das eleições de 2018, o exame de um conjunto razoável de eleições pode embutir fatores estruturais que ajudem no entendimento do que poderá influenciar no futuro próximo.

## INTRODUÇÃO

As atenções do eleitorado, da mídia, e dos analistas em geral costumam estar voltados para os dois principais candidatos à Presidência da República, pois tendem a ser os mais conhecidos da mídia e analistas e, algumas vezes da própria população. Eventualmente os olhares se voltam a um terceiro postulante que possa se intrometer na disputa e aparecer na segunda colocação ou mesmo na primeira expressando uma mensagem nova em determinado momento da campanha. Os principais postulantes (estejam ou não na primeira e segunda colocação de acordo com as pesquisas de intenção de voto) são conhecidos, geralmente, antes da oficialização das candidaturas, pois são quase sempre os mais conhecidos e representativos, especialmente no universo da política. Outros nomes que apareçam com muita força obrigando a mídia e analistas a considera-lo com chances de vencer surgem excepcionalmente em situações nas quais um estado nacional faz sua estreia na vida democrática, como a vitória de Fernando Collor de Mello no Brasil em 1989, ou quando o sistema político tem dificuldade para estabilizar claramente duas principais correntes de opinião e de interesses na sociedade, ou, ainda, em uma gravíssima crise do sistema político, como parece a que se vive no presente. No caso brasileiro a pouca atenção se explica por ao menos três (3) razões: 1) porque a segunda colocação já é em si

mesmo um desafio frequentemente; **2)** fragmentação do sistema partidário afetando mesmo as forças mais representativas; e, **3)** devido a vários outros candidatos serem quase invariavelmente os chamados “nanicos” (*leia explicação mais à frente*), designação esta feita para aqueles nomes pouco ou nada representativos na sociedade cuja participação no processo eleitoral é motivo quase sempre de brincadeiras e piadas. Até ao menos duas eleições presidenciais atrás, o rotulo “nanico” (com possível uso decrescente na atualidade) misturava o candidato individual à legenda pela qual competia, embora nem sempre ele(a) pudesse ser assim considerado.

Da primeira eleição presidencial pelo voto popular direto do atual período democrático na Nova República, ocorrida em 1989, até o pleito de 2014, realizaram-se no total sete (**7**) eleições sendo que as seis (**6**) últimas ocorreram no intervalo de quatro (**4**) anos de acordo com a Constituição Federal (CF), e de cinco anos (**5**) entre a primeira (1989) e a segunda (1994)<sup>1</sup>. Em duas (2) destas e subsequentes (1994, segunda; e 1998, terceira) a vitória foi do candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, ainda no primeiro turno. Nas outras cinco (5) disputas, uma antes (1989) e quatro depois (com vitórias do PT, Lula duas vezes, e Dilma duas vezes), a decisão se deu em segundo turno (2002, 2006, e 2010). A decisão das eleições somente no segundo turno em cinco (5) dos sete (7) pleitos parece indicar que uma terceira opção parecia algo crível e interessante para segmento razoável do eleitorado, ainda que nem sempre tenha estado claro desde o início da campanha quem seria este terceiro nome.

3

### ***Objetivo do Estudo***

No presente estudo meu objetivo maior foi de mensurar o grau de importância dos terceiros colocados das eleições presidenciais brasileiras realizadas até agora (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) analisando o desempenho de todos os candidatos, com particular atenção para os terceiros colocados, procurando captar o significado para o processo eleitoral do qual participaram, bem assim para o sistema democrático brasileiro em geral. Meu outro objetivo foi responder se uma terceira opção efetivamente esteve presente na disputa presidencial e, para tanto, formulei algumas perguntas apresentadas à frente.

---

<sup>1</sup> - O parágrafo 1º do artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias da CF reza o seguinte: “A primeira eleição para Presidente da República após a promulgação da Constituição será realizada no dia 15 de novembro de 1989, não se lhe aplicando o disposto no art. 16 da Constituição”. Mais: a posse do primeiro presidente do período se deu excepcionalmente em 15 de março de 1990 e a partir da eleição seguinte em 1 de janeiro do ano subsequente ao da eleição. A eleição em primeiro turno para o segundo presidente do período se deu no dia 3 de outubro de 1994 e a partir da eleição do terceiro passou a ser no primeiro domingo de outubro.

### ***Razão para estudar o terceiro lugar***

Até algumas eleições atrás, os terceiros colocados nas eleições para o Poder Executivo e os que ficaram atrás eram pouco considerados por analistas, pela mídia e pela parte mais organizada do eleitorado, sendo vários destes postulantes classificados de “*nanicos*”, isto é, inexpressivos eleitoralmente, pois inexpressivos politicamente (ou quase)<sup>2</sup>. Mesmo que sua inviabilidade na contenda eleitoral fosse quase sempre conhecida de antemão e até mesmo para a obtenção de uma segunda colocação, eles eram considerados por alguns postulantes e por algum senso comum da política como fator de contribuição para evitar uma vitória dos favoritos no primeiro turno<sup>3</sup> contribuindo, igualmente, para a eleição de alguns parlamentares, e, assim, permitir o melhor conhecimento por parte do eleitorado sobre aqueles que os governarão nos próximos anos, uma vez que no segundo turno as atenções recaem somente sobre dois postulantes. Contudo, tais candidatos (sejam *nanicos* ou outro nome que melhor defina os que não contam com quaisquer possibilidade de vitória) devem ser separados em três (3) tipos, a saber: **1)** os que dispõem de certa relevância no cenário político a partir – geralmente – de cargos de natureza popular, com partidos quase ou totalmente controlados por eles; **2)** os que se constituem como candidatos de si próprios (de legendas totalmente criadas e/ou controladas por eles<sup>4</sup>) sem qualquer importância na vida pública intereleitoral; e, por último; e, **3)** os militantes das pequenas organizações de esquerda, os quais, quase sempre, estão inseridos exclusivamente no meio estudantil e na organização sindical das organizações do setor público (PCO, PSTU, PSOL<sup>5</sup>), mas atuam na vida pública regularmente, até mesmo com publicações próprias, congressos próprios e outras atividades contínuas. Nesta terceira definição, tais agremiações estariam separadas das outras “*nanicas*” por questão de ordem ética, ou seja, sua existência estaria justificada por se dedicar a uma causa maior do que os interesses de seus próprios membros.

---

<sup>2</sup> - Coloco o verbo no passado pois constato uma mudança geral na abordagem, embora ainda se observe de forma diminuta esta visão em alguns segmentos da mídia e dos analistas.

<sup>3</sup> - Sua importância é menor em sistemas políticos cujas regras preveem somente um turno.

<sup>4</sup> - E quase invariavelmente para concorrer somente ao cargo executivo.

<sup>5</sup> - A tradicional legenda comunista, PC do B, fica de fora. Trata-se de uma pequena legenda, mas que conseguiu se tornar relevante nesta Nova República na formação de alianças à esquerda, com o PT à frente. Mais recentemente, procurou um pouco mais de autonomia. Em 2010, elegeu 15 deputados federais.

### ***Perguntas a serem respondidas***

Para tornar viável o referido objetivo, formularei perguntas de natureza operacional (factual) e uma de caráter mais reflexiva apresentando as respostas não necessariamente na ordem das questões, mas procurando atender a melhor explanação:

- Quem foi quem entre os terceiro colocados?
- Quais os partidos políticos dos terceiro colocados?
- O desempenho dos terceiro colocados se aproximou dos dois primeiros?
- O desempenho conjunto dos candidatos das quarta colocações para baixo se aproximou dos dois primeiros?
- Os candidatos colocados abaixo do terceiro vencem o terceiro quando seus votos são somados?
- A votação do terceiro impediu a definição do pleito já no primeiro turno?<sup>6</sup>
- Qual é o tamanho da diferença da votação do terceiro colocado para a do segundo e à do quarto?
- A votação do terceiro colocado e dos demais abaixo deste é superior à da Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME)?
- A Taxa de Representatividade Eleitoral Geral (TREG<sup>7</sup>) sofre alteração a depender do resultado obtido pelo terceiro colocado?
- A votação somada do terceiro colocado com a dos demais abaixo deste é superior à do segundo colocado?
- O eleitorado se beneficia dispondo de outras opções além das duas candidaturas tradicionalmente mais fortes?

São muitas perguntas certamente ainda que com grande interpenetração e alguma sobreposição como é fácil de perceber. A opção por formular várias tem o condão de detalhar o máximo possível o problema de forma a que se disponha de muitas variáveis com possibilidades de interferência nos resultados.

### ***Contextos das Eleições Presidenciais***

As sete (7) eleições aqui analisadas se deram em um lapso de tempo de 25 anos, período este que o Brasil e o Mundo assistiram a muitas mudanças produzindo diferentes contextos para as campanhas. De início, a eleição de 1989 se deu em meio a tensões externa e interna. No

---

<sup>6</sup> - Deve-se considerar de imediato que certamente não evitou nas eleições de 1994 e 1998 nas quais o candidato Fernando Henrique Cardoso venceu seus opositores no primeiro turno. O cálculo a ser aqui adotado terá por base o seguinte: saber se os votos dados ao terceiro colocado – caso não disputasse – se deslocariam integralmente para os brancos e nulos. Este procedimento parece o superior dentre ao menos duas outras alternativas.

<sup>7</sup> - TRE e TREG=São a mesma coisa. Emprego aqui dois nomes somente para diferenciar a individual da coletiva (geral). Veja a explicação da representatividade eleitoral no glossário de indicadores.

primeiro caso ocorreu a queda do Muro de Berlim, significando o início do fim dos principais regimes comunistas que tinham a União das Repúblicas Soviéticas (URSS) como referência o que impactaria em certa medida no futuro das esquerdas no País. No caso interno, ocorreu o sequestro do empresário Abílio Diniz<sup>8</sup>, um dos mais importantes e conhecidos do Brasil, seis dias antes da realização do segundo turno tendo sido ele libertado do cativeiro no mesmo dia do segundo turno das eleições.

### *O quadro de candidaturas*

Em quaisquer países com regimes democráticos que se possam observar dentre os que já realizaram inúmeras eleições majoritárias para chefe de governo nacional é quase certo que mais de dois nomes estarão inscritos na disputa, o que não significa admitir que mais do que dois deles tivessem reais oportunidades de vencê-las. No Brasil não tem sido diferente desde 1989 quando se deu a primeira sob a vigência da atual Constituição da República.

A quantidade de candidaturas a cada eleição presidencial brasileira sofreu variação como se pode ver na tabela abaixo produzindo uma frequência total de 75 para 53 diferentes indivíduos na soma das sete realizadas. Na eleição de 1989, a primeira do atual período democrático, bateu-se o recorde de 22<sup>9</sup> candidatos (incluindo os dois primeiros colocados)<sup>10</sup>. É compreensível o elevado número de postulantes por se tratar da primeira eleição direta desde 1960 e também em razão de ter sido a única eleição solteira (sem a realização conjunta de eleições parlamentares e estaduais), como também da existência de lideranças pessoais muito fortes apesar de que estas não tenham sido capazes de obter popularidade suficiente para derrotar a surpresa de um candidato desconhecido da maioria do eleitorado<sup>11</sup>, Fernando Collor de Mello, em segundo turno quando ele se impôs sobre o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

---

<sup>8</sup> - O sequestro foi praticado pela organização política chilena de esquerda denominada Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), que contou com a participação de cinco chilenos, dois argentinos, dois canadenses e um brasileiro. Segundo a versão do líder da operação, o argentino Humberto Paz, o motivo principal teria sido obter recursos para financiar a guerrilha de El Salvador (para maiores detalhes ler entrevista para Luciana Taddeo em Carta Capital (23.08.2010) em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/sequestrador-de-abilio-diniz-em-liberdade-defende-politica-sem-armas> .

<sup>9</sup> - Teriam sido 23 candidatos caso a chapa liderada pelo apresentador Silvio Santos não tivesse sido impugnada pela Justiça Eleitoral devido a irregularidades.

<sup>10</sup> - As próximas eleições (para senadores, deputados federais e estaduais, e governadores) seriam realizadas somente em 1990. Depois disso, a disputa para todos estes cargos seria alinhada no tempo.

<sup>11</sup> - Desconhecido da maioria dos eleitores ao menos até o primeiro semestre de 1988, ano da promulgação da Constituição, e anterior ao da eleição presidencial.

Tabela 01 <i>Total de Candidaturas em cada uma das Seis Eleições Presidenciais Brasileiras (1989-2014)</i>	
<b>ANO</b>	<b>CANDIDATURAS POR ELEIÇÃO</b>
1989	22
1994	08
1998	12
2002	06
2006	07
2010	09
2014	11
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, resultados oficiais das eleições, dados organizados por P&D

Além da eleição de 1989, outros dois (2) pleitos ainda teriam mais de dez (10) concorrentes, a saber: 1998 (12), quando da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e na mais recente 2014 (11), quando a então presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita no segundo turno. Mesmo na mais modesta, em 2006, quando da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seis (6) inscritos tomaram parte da disputa.

### ***Frequência dos candidatos a Presidência***

Apesar da fragilidade do sistema político partidário e de sua elevada e crescente fragmentação<sup>12</sup> no decorrer dos anos, o ato de ser candidato à presidente da República não é algo trivial pelos custos e pelas articulações necessárias para que a campanha consiga ter alguma viabilidade. Mesmo com dificuldades, alguns postularam o cargo em mais de uma eleição e nem sempre a nova candidatura representou significativa melhoria no desempenho eleitoral e em alguns casos até mesmo piorou. Para os concorrentes em que houve alguma melhora, isso se deu em votos absolutos, mas com perda de colação para outros candidatos e em votos percentuais em outros.

<sup>12</sup> - A fragmentação partidária não implica mecanicamente em maior índice de fragmentação (IF) do resultado de uma eleição, mesmo quando muitos candidatos concorrem uma vez que a participação de alguns candidatos é praticamente inócua. Trata-se de uma tendência nem sempre confirmada. Ver no glossário dos indicadores esclarecimento sobre o IF e nos anexos (*tabela 06*) os resultados dos IFs para o 1º turno das sete eleições presidenciais.

Tabela 02			
<i>Candidatos que postularam a Presidência da República mais de uma vez (1989-2014)</i>			
<i>(em ordem alfabética)</i>			
<b>CANDIDATO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>ANOS</b>
Ciro Ferreira Gomes	PPS	2	1998, 2002
Dilma Vana Rousseff	PT	2	2010, 2014
Eneás Ferreira Carneiro	PRONA	3	1989, 1994, 1998
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	2	1994, 1998
José Levy Fidelix da Cruz	PRTB	2	2010, 2014
José Maria de Almeida	PSTU	4	1998, 2002, 2010, 2014
José Maria Eymael	PSDC	4	1998, 2006, 2010, 2014
José Serra	PSDB	2	2002, 2010
Leonel de Moura Brizola	PDT	2	1989, 1994
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	5	1989, 1994, 1998, 2002, 2006
Marina Osmarina Silva	PV, PSB	2	2010, 2014
Rui Costa Pimenta	PCO	3	2002, 2010, 2014
Fonte: TSE, dados organizados pelo autor			

Nada menos que 12 (22,6%) dos 53 candidatos concorreram em mais de uma oportunidade fossem estes políticos pertencentes a partidos mais representativos e mais visíveis à sociedade, fossem estes desconhecidos na primeira oportunidade e jamais tivessem condições de construir uma candidatura competitiva<sup>13</sup>. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi quem mais vezes concorreu – cinco (5) – seguido de perto por duas candidaturas que estariam à esquerda e à direita do espectro político ideológico, a saber: José Maria de Almeida (PSTU) e José Maria Eymael (PSDC), concorrendo cada um quatro (4) vezes. Das cinco (5) disputas do ex-presidente, ele venceu as duas últimas de forma subsequente (2002 e 2006) e nas três primeiras obteve a segunda colocação, embora em 1994 e 1998 tenha sido derrotado já no primeiro turno para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Deste grupo de concorrentes, a ex-senadora e ex-ministra Marina Silva foi a única que concorreu por dois partidos diferentes (PV e PSB).

<sup>13</sup> - Por competitiva entenda-se a possibilidade de contribuir para a eleição de uma bancada federal no Congresso Nacional, ao menos para a Câmara dos Deputados, ainda que o eleitor vote separadamente para os dois cargos.

Dentre os 12 candidatos que concorreram à presidência em mais de uma eleição, três (3) foram eleitos presidentes da República em duas (2) oportunidades (Fernando Henrique, Lula e Dilma Rousseff), e dois (2) chegaram duas vezes em segundo lugar (o próprio Lula, PT, nos anos de 1989, 1994 e 1998); e José Serra, PSDB, nos anos de 2002 e 2010. Ou seja, a despeito da alta fragmentação de candidatos e de partidos, a disputa efetiva esteve concentrada em poucos nomes de somente duas (2) agremiações. Em relação aos outros oito (8) nomes, seus melhores desempenhos foram os seguintes (*ver tabela 02-A*).

Tabela 02-A			
<i>Melhor desempenho dos outros oito candidatos que disputaram mais de uma eleição a presidente da República (1989-2014)</i>			
<i>(em ordem alfabética)</i>			
<b>CANDIDATO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>MELHOR COLOCAÇÃO</b>	<b>ANO DA MELHOR COLOCAÇÃO</b>
Ciro Ferreira Gomes	PPS	3º	1998
Eneás Ferreira Carneiro	PRONA	3º	1994
José Levy Fidelix da Cruz	PRTB	7º	2010 e 2014
José Maria de Almeida	PSTU	5º	2002
José Maria Eymael	PSDC	5º	2010
Leonel de Moura Brizola	PDT	3º	1989
Marina Osmarina Silva	PV, PSB	3º	2010 e 2014
Rui Costa Pimenta	PCO	6º	2002
Fonte: TSE, dados organizados pelo autor			

### ***Frequência dos partidos nas candidaturas presidenciais***

Examinando as candidaturas pelo critério dos partidos que as lançaram, constata-se que o número de siglas é menor que a de candidatos. No total de sete (7) eleições, 36 agremiações lançaram ao menos um (1) candidato<sup>14</sup> dentre os distintos 53 em um total de 75 candidaturas. Como muitas legendas nasceram quase e tão somente para abrigar candidaturas, a frequência dos lançamentos contribui para verificar a força dos interesses e/ou visões que representavam. Considerando as que tiveram candidatos em mais de uma oportunidade, o total de siglas cai para

<sup>14</sup> - Conto como partidos diferentes alguns que praticamente só mudariam de nome como é o caso de PDS, PPB, e PP.

17 (veja tabela resumida abaixo e integral nos anexos). Embora alguns partidos tenham apresentado candidatos presidenciais em mais de uma oportunidade desde 1989, cinco (5) destes não chegaram a apresentá-los nas mais recentes eleições até agora realizadas (2014).

<b>TABELA 02-1</b>				
<i>Total de Partidos que lançaram candidatos a Presidência da República em ao menos duas eleições entre 1989 e 2014, total de anos da disputa, primeira disputa e disputa mais recente (ordem decrescente de postulações)</i>				
<b>PARTIDO</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>TOTAL DE CANDIDATURAS</b>	<b>PRIMEIRA</b>	<b>MAIS RECENTE</b>
PSDB	7	1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014	1989	2014
PT	7	1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014	1989	2014
PV	4	1989, 1998, 2010, 2014	1989	2014
PSDC	4	1998, 2006, 2010, 2014	1998	2014
PSTU	4	1998, 2002, 2010, 2014	1998	2014
PCB	3	1989, 2010, 2014	1989	2014
PDT	3	1989, 1994, 2006	1989	2006
PRONA	3	1989, 1994, 1998	1989	1998
PSC	3	1994, 1998, 2014	1994	2014
PCO	3	2002, 2010, 2014	2002	2014
PSOL	3	2006, 2010, 2014	2006	2014
PMDB	2	1989, 1994	1989	1994
PMN	2	1989, 1998	1989	1998
PRN	2	1989, 1994	1989	1994
PPS	2	1998, 2002	1998	2002
PSB	2	2002, 2014	2002	2014
PRTB	2	2010, 2014	2010	2014

### *Os partidos políticos dos terceiros colocados*

Partido Democrático Trabalhista (PDT), Popular Socialista (PPS), Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Verde (PV), pela ordem alfabética das siglas, são os cinco (5) partidos cujos candidatos a presidente obtiveram a terceira colocação em alguma das sete (7) eleições realizadas no período em questão. Destas agremiações, a única com nome ligado ao passado (ainda que não legalmente) era o PSB. O PDT era uma variação do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (período

1945-1966)<sup>15</sup>. O PPS era, basicamente, uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir da interpretação de que a sigla comunista não teria viabilidade eleitoral no futuro do regime democrático brasileiro e, sobretudo, na nova ordem mundial. O PRONA era basicamente ligado à pessoa de seu fundador e o PV com nomes egressos de uma militância contra o regime militar dentre pessoas mais jovens e envolvidas com a política ecológica e ambiental.

### *Os terceiros colocados*

Seis (6) diferentes pessoas ocuparam a terceira colocação nas sete (7) eleições presidenciais realizadas no período, sendo que uma (1) destas, Marina Silva, obteve tal posição em duas eleições seguidas (2010 e 2014) ao concorrer por dois (2) diferentes partidos. Tal fato é indicador importante do grau de abertura do processo eleitoral provocado, em parte, pela própria fragmentação partidária. As seguintes características formam o perfil deste grupo. Quatro (4) concorreram em mais de uma oportunidade à Presidência e dois (2) em apenas uma (1). Cinco (5) deles tiveram mandatos eleitorais executivos e/ou legislativos antes e apenas um (1) chegava ao sistema político. As unidades federativas (UFs) nas quais tinham seus domicílios eleitorais e/ou desenvolviam a maior parte de sua vida política eram pela ordem Acre (1), Alagoas (1), Ceará (1), e Rio de Janeiro (2)<sup>16</sup>.

O primeiro terceiro colocado desta nova era democrática - Leonel Moura Brizola (67 anos à época) - foi de todos seus “colegas” de posição aquele que mais intensamente<sup>17</sup> esteve ligado à política pré-1964<sup>18</sup> e, sobretudo, ao seu presidente deposto, João Goulart (além de ser seu cunhado). Brizola viveu no exílio a partir da queda do regime democrático até a Lei de Anistia em 1979, quando retornou ao Brasil para reorganizar o movimento trabalhista, basicamente seus seguidores. Ele voltaria a disputar a presidência na eleição seguinte (1994), mas seu desempenho piorou muito tanto na votação absoluta quanto na proporcional e, ainda, caiu de posição (ficando na quinta colocação)<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> - Em 1981, Leonel Brizola tentou recuperar a legenda do PTB sob seu controle político, mas perdeu a disputa, confirmada pela justiça, para a sobrinha neta do ex-ditador e ex-presidente Getúlio Vargas, Ivete Vargas. Destarte, sua alternativa foi usar o nome *Trabalhista* em outra denominação.

<sup>16</sup> - Enéas Ferreira Carneiro (PRONA) esteve mais ligado ao Rio de Janeiro, mas chegou a ser eleito deputado federal por São Paulo como parte da tentativa de ampliar a base do partido.

<sup>17</sup> Na eleição de 1989, outro veterano político do período anterior a 64 e um dos mais importantes na resistência ao regime autoritário também participou; deputado Ulysses Guimarães. Mas em colocação muito inferior.

<sup>18</sup> - Ulysses Guimarães é o outro político do período pré-64, mas talvez não tenha tido à época a mesma visibilidade de Leonel Brizola junto a opinião pública.

<sup>19</sup> - Em votos absolutos, Brizola perdeu 9.152.944 de uma eleição para outra. Em percentuais, na eleição de 1989 teve 13,61% sobre o eleitorado e na de 1994 somente 2,20%.

Bem diferente de Brizola, seu sucessor na posição na eleição seguinte, de 1994 (Enéas Ferreira Carneiro), foi uma figura que somente se tornou conhecida devido à criação de um partido para disputar a eleição presidencial passada (1989) e na qual obteve a 12ª colocação. Dentre as sete terceiras colocações, o médico Enéas foi o único a não ter tido qualquer cargo público de natureza eleitoral anteriormente à primeira disputa nem atuação política relevante que o tornasse conhecido. Ainda assim, seu nome tornou-se bem conhecido pela única frase proferida na campanha “*Meu nome é Enéas*” e pela forma estridente como era pronunciada<sup>20</sup>. No pleito seguinte sua votação aumentou 12,9 vezes, colocando-o na terceira posição, ainda que muito abaixo do segundo colocado. Em 1998, ele disputou a presidência pela terceira vez, mas na oportunidade sua votação reduziu-se de forma significativa em termos absolutos e proporcionais, deixando-o na quarta colocação.

O terceiro a ficar em terceiro lugar no período (1998) foi o jovem político do Ceará, Ciro Pereira Gomes (40 anos à época), quem ganhou projeção na política pelas mãos de seu conterrâneo e parceiro Tasso Jereissatti, governador da referida unidade federativa. Jereissatti, político da capital, e Ciro, de Sobral, representaram a quebra da oligarquia que historicamente governava este estado nordestino. Ciro começara a política pelas mãos da antiga Arena, depois PDS, mais tarde PSDB e nesta oportunidade denunciando o próprio PSDB (e divergindo diplomaticamente de Tasso) concorria pela do PPS. Disputou contra seu ex-companheiro de partido, presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi reeleito no primeiro turno, mas a quem atacou duramente. A notoriedade do candidato cearense, mesmo vindo de um estado do Nordeste menos tradicional do que Bahia e Pernambuco, já era maior do que o PPS e a escolha do partido teria muito de estritamente utilitária. Em 2002, concorreu novamente pelo mesmo partido terminando na quarta posição, a despeito de ter obtido modesto aumento de votos absolutos e proporcionais.

---

<sup>20</sup> - A frase curta devia-se basicamente aos poucos segundos que dispunha de propaganda nos meios de comunicação (rádio e televisão), os quais não permitiam qualquer apresentação mais elaborada.

Tabela 03		
<i>Nome dos Candidatos a Presidente da República em Sete eleições Presidenciais (1989 a 2014), segundo o ano da eleição e a sigla pela qual disputaram o cargo</i>		
ANO DA ELEIÇÃO	CANDIDATO	SIGLA
1989	Leonel de Moura Brizola	PDT
1994	Enéas F Carneiro	PRONA
1998	Ciro Pereira Gomes	PPS
2002	Antony William Garotinho	PSB
2006	Heloísa Helena	PSOL
2010	Marina Silva	PV
2014	Marina Silva	PSB

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

O quarto postulante a ficar em terceiro lugar nesta era democrática foi Antony Garotinho (42 anos à época), em 2002, quando o então candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, venceu as eleições no segundo turno, ao se candidatar pela quarta vez ao cargo. Garotinho, político do interior do Estado do Rio de Janeiro (município de Campos), havia sido governador do mesmo estado e tornou-se politicamente expressivo fora da capital mediante programas de rádio de forte apelo popular e de ser adepto da religião evangélica. Pertencia a uma geração iniciada na política na fase final do regime autoritário pós-64. Concorreu a presidência pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas inicialmente foi filiado ao PDT, agremiação pela qual chegou ao executivo fluminense em segundo turno em 1998. Seu desempenho dentre o grupo dos terceiros colocados foi o quarto melhor, alcançando 17,87% dos votos válidos e 13,17% sobre o eleitorado apto.

O quinto – ou melhor, a quinta figura a obter a terceira colocação em uma eleição presidencial do atual período foi a então senadora pelo estado de Alagoas, Heloísa Helena (44 anos então), recém egressa do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo deixado a legenda em protesto contra seus desvios éticos maximizados pelo escândalo do *Mensalão* e por discordar do programa de governo do então presidente Lula. Heloísa Helena se tornou militante político partidária pelo PT e ficou conhecida por sua forte personalidade a qual se materializava em regulares embates muitos dos quais traziam em seu bojo uma luta contra o machismo e os “coronéis” na política.

Na sexta eleição, outra mulher – a senadora Marina Silva (52 anos à época) - e outra figura egressa do PT (embora se dirigindo para agremiação distinta a de Helena, o Partido Verde) obteve a terceira colocação. Marina concorreu à eleição na primeira disputa presidencial em que uma mulher, Dilma Vana Rousseff, venceu a disputa pelo principal cargo público do País. Marina concorreu novamente na eleição seguinte, em que a presidente Dilma foi reeleita (2014) e, melhorou seu desempenho em detrimento dos dois primeiros colocados. Em 2010, ela obteve 19,33% dos votos válidos e 14,46% sobre o eleitorado apto e subiu, em 2014, para 21,32% dos válidos e 15,53% do eleitorado apto.

### ***A força do terceiro colocado: alternativa concreta aos dois primeiros?***

Para responder à pergunta, apresento o desempenho dos candidatos que obtiveram o terceiro lugar no conjunto das eleições mobilizando diversos critérios, tais como votos absolutos, percentual de votos válidos, e percentual sobre eleitorado apto, bem como distância para o segundo e quarto colocados em pontos percentuais (P.P.).

Os números absolutos por si só são bem reveladores (*ver tabela 3*). O desempenho do terceiro colocado sofre muitas alterações no decorrer dos pleitos conquanto aponte para duas linhas gerais bem discerníveis. A menor votação foi a de Enéas Carneiro em 1994 obtendo 4,6 milhões de votos, número que pode ser considerado bom haja vista que o candidato dispunha de poucos recursos para uma campanha destinada ao principal cargo público do País<sup>21</sup>. E o melhor desempenho, de Marina Silva, em 2014, superou ligeiramente os 22 milhões de votos, o que é em si mesmo um elevado patamar.

Todavia, os percentuais são indicadores mais consistentes por já se constituírem no resultado de uma comparação que leva em conta as diferenças nos tamanhos do eleitorado em cada pleito, bem como dos votos válidos e de quaisquer outras agregações intermediárias que se fizer. Quanto ao critério de percentual de votos válidos o mais baixo foi da candidata do PSOL, Heloísa Helena em 2006, com 6,85% e o melhor novamente de Marina Silva, também em 2014, com 21,32%. Voltando-se para o critério do percentual de votos sobre o eleitorado apto, a posição inferior é novamente de Enéas (5,09%)<sup>22</sup> e a melhor igualmente de Marina (15,53%) no

---

<sup>22</sup> - Interessante observar que Enéas se sai melhor percentual dos votos válidos do que no do eleitorado, sugerindo que ele possa mesmo ter representado um voto de protesto ao sistema político e não apenas representar um eleitorado

mesmo ano de 2014. O mesmo Enéas se sai melhor do que nos votos absolutos. O critério do percentual sobre eleitorado é mais rigoroso, conquanto mais problemático, por partir do princípio que grande parte da abstenção eleitoral se deve a combinação de desinteresse do cidadão, baixo nível de informação e a não disposição de enfrentar certos obstáculos de mobilidade no dia pleito.

### ***Garantidor do Segundo Turno?***

A participação dos terceiros colocados foi decisiva para a ocorrência do segundo turno em quatro (4) das sete (7) eleições (2002, 2006, 2010 e 2014), ou seja, em todas nas quais o Partido dos Trabalhadores (PT) foi vitorioso, embora somente no segundo turno. Caso eles não tivessem participado e seus votos se destinassem integralmente aos brancos e nulos (não válidos), o primeiro colocado teria vencido no primeiro turno<sup>23</sup>. Mas na eleição de 2002, na qual o PT chegou ao poder pela primeira vez, até mesmo o quarto colocado sozinho foi decisivo para a ocorrência do segundo turno (desde, é claro, que mantida as mesmas condições que no exemplo do terceiro), sendo que no pleito de 2006 isto não ocorreria por apenas 0,07 ponto percentual.

<b>Tabela 03</b>			
<b><i>Percentual sobre os Votos Válidos do primeiro colocado no primeiro turno de sete eleições presidenciais, e percentual hipotético do Primeiro Colocado sem o 3º ou sem o 4º colocados entrarem na disputa (*)</i></b>			
<b>ANO</b>	<b>PRIMEIRO TURNO</b>	<b>SEM O 3º COLOCADO</b>	<b>SEM O 4º COLOCADO</b>
(a) 1989	32,47	38,67	36,56
(a) 1994	54,30	58,60	56,76
(a) 1998	53,06	59,60	54,22
(a) 2002	46,44	56,55	52,76
(a) 2006	48,61	52,18	49,93
(a) 2010	46,91	58,14	47,32
(a) 2014	41,59	52,56	42,25

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dados organizados pelo autor

*\*Na hipótese de que não disputando, os votos que recebeu não iriam para quaisquer outros candidatos, reduzindo o patamar dos votos válidos.*

desinformado. Diferente protestar votando nulo do que votar em alguém que está concorrendo. Os votos válidos se constituem em uma efetiva disposição do eleitorado encontrar alguma opção e provavelmente ciente de que o candidato não tem qualquer chance de ser eleito.

<sup>23</sup> - Trata-se evidentemente de uma hipótese, pois a priori não se pode garantir que na ausência daquele nome na disputa todos seus eleitores deixariam de votar em outro nome.

As distâncias de votos em pontos percentuais sobre o eleitorado apto do terceiro colocado para o segundo e para o quarto também sofrem variações mais ou menos importantes (vide tabela 03-01). Em relação à segunda colocação, o mesmo Leonel Brizola quase empatou com Lula (PT), em 1989. E no ano de 2002, Antony Garotinho (PSB) teve boa aproximação de José Serra (PSDB), mas nas demais eleições os resultados são claros e inequívocos para os segundo colocados. No pleito de 2006 houve o pior desempenho de uma terceira colocada em relação ao segundo: Heloísa Helena (PSOL), ex-membro do PT, ficou 26,5 pontos atrás de Geraldo Alckmin (PSDB)<sup>24</sup>. Ao comparar o terceiro com o quarto colocado, os resultados são pouco discrepantes em cinco (5) eleições consecutivas (de 1989 a 2006), e se apresentam bem diferentes com a participação de Marina Silva. Em 2010, concorrendo pelo PV, obteve 13,8 pontos a mais do que seu ex-colega de partido dos tempos do PT, Plínio de Arruda Sampaio (PSOL). Já na de 2014 a distância aumentou sobre outra ex-colega do PT, e também no PSOL, Luciana Genro, sobre quem abriu vantagem de 14,4 pontos.

Tabela 03-01					
<i>Desempenho dos Terceiros colocados em sete eleições (1989-2014), segundo o número de votos, o percentual obtido sobre o Eleitorado Apto, e a distância em pontos percentuais para o segundo e quarto colocados</i>					
ANO	CANDIDATO 3º COLOCADO	VOTOS	% VOTOS ELEITORA DO APTO	DISTÂNCIA P.P* ELEITORADO APTO 4º Colocado	DISTÂNCIA P.P ELEITORADO APTO 2º Colocado
(a) 1989	Leonel Brizola	11.168.228	13,3	4,1	0,6
(a) 1994	Enéas Carneiro	4.670.894	5,1	2,1	13,6
(a) 1998	Ciro Gomes	7.426.190	7,0	5,6	13,2
(a) 2002	Antony Garotinho	5.180.097	13,2	4,3	3,9
(a) 2006	Heloísa Helena	6.575.393	5,2	3,2	26,5
(a) 2010	Marina Silva	19.636.359	14,5	13,8	9,9
(a)2014	Marina Silva	22.176.619	15,5	14,4	8,9

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, dados organizados pelo autor  
\*P.P. Pontos Percentuais

***A quarta colocação para baixo foi importante no desfecho da disputa?***

<sup>24</sup> - Recordando, o que já foi mencionado, que ela também se sai pior em relação aos seus colegas no percentual sobre os votos válidos.

A eleição de 1989, talvez por ser a primeira do atual período democrático e ter sido isolada, foi a que mais contou com a participação de nomes tradicionais da política brasileira com grande envolvimento pró ou contra o regime militar; quase todos figurando das quartas colocações para baixo (Mário Covas, Paulo Maluf, Guilherme Afif, Ulysses Guimarães, Roberto Freire, e Aureliano Chaves). Porém, mesmo que tais candidatos não tivessem concorrido e o total destes votos se destinasse a brancos e nulos<sup>25</sup> ainda assim o pleito iria para o segundo turno. Collor de Mello se aproximaria muito da vitória (49,8%), mas não a obteria.

Nas eleições de 1994 e 1998, nas quais Fernando Henrique Cardoso venceu e se reelegeu, o desfecho no primeiro turno deveu-se muito mais ao modesto desempenho do segundo colocado, Luiz Inácio Lula da Silva, do que a terceiros colocados e daí para trás. Porém, na eleição de 2002, que volta a necessitar de dois turnos, mesmo o desempenho abaixo do terceiro colocado foi decisivo para impedir a vitória de Lula já no primeiro turno. Caso Ciro Gomes não estivesse disputando o pleito e seus votos fossem dirigidos para os brancos e nulos, isso teria ocorrido. Em 2006, quando da reeleição do presidente Lula, o quarto colocado, senador Cristovam Buarque deixaria a eleição em um impasse com probabilidade de haver segundo turno, o qual se tornaria desnecessário se aos votos dele somarem-se os destinados ao quinto, sexto e sétimo colocados e todos se deslocassem para brancos e nulos. Na de 2010, os candidatos a partir da quarta colocação somados não produziram alteração do quadro, desde, é claro, que Marina (3<sup>a</sup>) continuasse na disputa. Finalmente, na de 2014, a presidente Dilma não teria sido eleita em primeiro turno mesmo os outros oito (8) candidatos – da quarta para 11<sup>a</sup> colocação – não tivessem concorrido. Seu desempenho ficaria ligeiramente abaixo de 44% dos válidos.

### ***Terceiro colocado e os retardatários: quem ganha?***

Comparar o desempenho do terceiro colocado com o de seus concorrentes que tiveram pior colocação é um recurso relevante para aferir a solidez desta posição. Por exemplo, faz diferença quando a vantagem da terceira para a quarta colocação é de 0,5 ponto ou de 10 pontos. Também há consequências analíticas se a diferença entre os votos dados ao terceiro e aos demais concorrentes<sup>26</sup> somados for de grandeza semelhante, ou mesmo se soma dos demais implicasse na derrota do terceiro.

---

<sup>25</sup> - Em se contestando o procedimento aqui adotado há que se considerar o seguinte: nas demais hipóteses de destinação de votos, como, por exemplo, distribuindo-os proporcionalmente ao que cada um já possuía e, também, incluindo os votos brancos e nulos, o primeiro colocado seria ainda mais beneficiado.

<sup>26</sup> - Assim, os demais (da quarta posição para trás) são tratados como sendo um único candidato.

Nas duas (2) primeiras eleições do atual período (1989 e 1994) o terceiro colocado seria derrotado pela somatória dos votos dos que ficaram atrás dele (*vide tabela 4*). Seriam derrotas claras; e, a de 1989, muito grande (18,8 pontos de diferença nos votos válidos<sup>27</sup>). Duas figuras com trajetórias de vida pública muito distinta ocuparam tal posição; o ex-governador Leonel Brizola (1989) e o médico Enéas Carneiro (1994). Nas cinco (5) eleições posteriores, o terceiro colocado seria vitorioso. Nas cinco (5) eleições seguintes o terceiro colocado venceria os demais por diferenças razoáveis (como em 1998, 2002 e 2006) e grandes (2010 e 2014). Vale lembrar que as duas eleições mais recentes são as que Marina Silva disputou (*ver nos anexos tabela 04-01 para as diferenças em pontos percentuais*).

---

<sup>27</sup> - As diferenças tendem sempre a diminuir quando se observam os percentuais sobre comparecimento e sobre o eleitorado porque são introduzidas as variáveis votos em branco, votos nulos (na de comparecimento) e a abstenção (na do eleitorado apto).

Tabela 04

*Percentuais de Votos dos Terceiros Colocados, e do Quarto para trás (somados) sobre os Votos Válidos, sobre o Comparecimento às Urnas e sobre o Eleitorado Apto em Sete eleições presidenciais brasileiras em Primeiro Turno (1989-2014)*

ANO	COLOCAÇÃO	% VÁLIDOS	% COMPARECIMENTO	% ELEITORADO APTO
1989	3°	16,0	15,0	13,3
	4° para trás	34,8	32,6	29,5
1994	3°	7,4	6,0	5,1
	4° para trás	11,3	9,1	7,8
1998	3°	11,0	8,9	7,0
	4° para trás	4,3	3,5	2,7
2002	3°	17,9	16,0	13,2
	4° para trás	12,5	11,2	9,2
2006	3°	6,8	6,3	5,2
	4° para trás	2,9	2,7	2,2
2010	3°	19,3	17,7	14,5
	4° para trás	1,2	1,1	0,9
2014	3°	21,3	19,3	15,5
	4° para trás	3,6	3,2	2,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, dados organizados pelo autor  
\*Percentuais somados dos demais candidatos

### *Terceiro, retardatários e a Marginalidade Eleitoral*

Agora, amplio a comparação do desempenho dos terceiros por meio da inclusão da Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME). Desse modo chego a um resultado mais consistente por mais de uma razão, uma das quais é a dificuldade dos candidatos de mobilizar positivamente parte significativa do eleitorado, mesmo estando em grande número. Fato este que se traduz em percentuais baixos dos candidatos e altos da TME. Nesse quesito, o terceiro colocado será

sempre derrotado pela referida taxa de forma inconteste (*vide tabela 4.2*). A primeira eleição presidencial do período (1989) é a única com diferença modesta (1,9 ponto percentual) entre o terceiro colocado (13,3%) e a TME (15,2%). Desse modo, parece possível afirmar que parcela importante do eleitorado não se sensibiliza com qualquer candidato (ou até mesmo rejeita), pois - à exceção de 1989 - a TME derrota os terceiros colocados somados aos demais do quarto para baixo.

TABELA 04-02			
<i>Percentual de Votos (TER) do 3º Colocado, dos Retardatários e T.M.E. nas sete (7) eleições presidenciais em primeiro turno (1989-2014)</i>			
ANO DA ELEIÇÃO	3º	Retardatários	T. M. E.
1989	13,3	29,5	15,2
1994	05,1	07,8	31,1
1998	07,0	02,7	36,2
2002	13,2	09,2	26,3
2006	05,2	02,2	23,8
2010	14,5	00,9	25,2
2014	15,5	02,6	27,2
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, dados trabalhados pelo autor			

O gráfico a seguir (Figura 1) contribui para visualizar de forma clara o que afirmei com base na tabela 4-1. O terceiro colocado tem comportamento alternado no decorrer das sete (7) eleições, enquanto no caso dos candidatos retardatários somados o desempenho parte de uma posição muito boa (1989) para chegar a de total irrelevância (2010). A TME, por sua vez, começa de forma modesta em 1989 para se tornar o indicador de maior valor entre os que são aqui analisados. Nos anos de 1994 e 1998 (eleição e reeleição de Fernando Henrique) a TME alcança sua posição mais expressiva para sofrer um refluxo nas duas seguintes (eleição e reeleição de Lula), para voltar a subir em 2010 e 2014 (eleição e reeleição de Dilma).

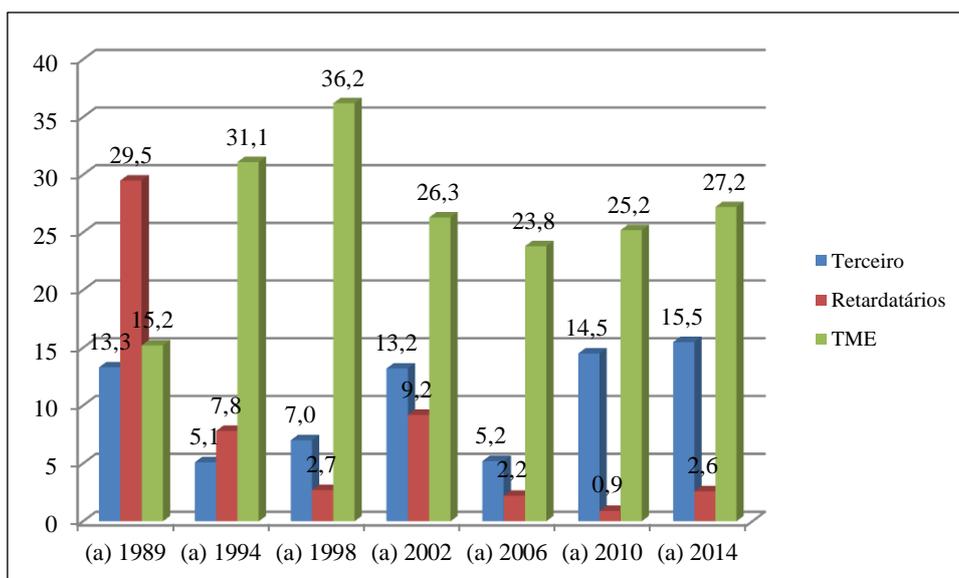


Figura 1 - Indicadores de Sete Eleições Presidenciais no Primeiro Turno (1989-2014)

### *A representatividade geral e a do terceiro colocado*

O comportamento da Taxa de Representatividade Eleitoral (TRE) do terceiro colocado indica pouca ou nenhuma relação com a geral (TREG) e também revela ser mais acidentado do que o geral (ver figura 2).

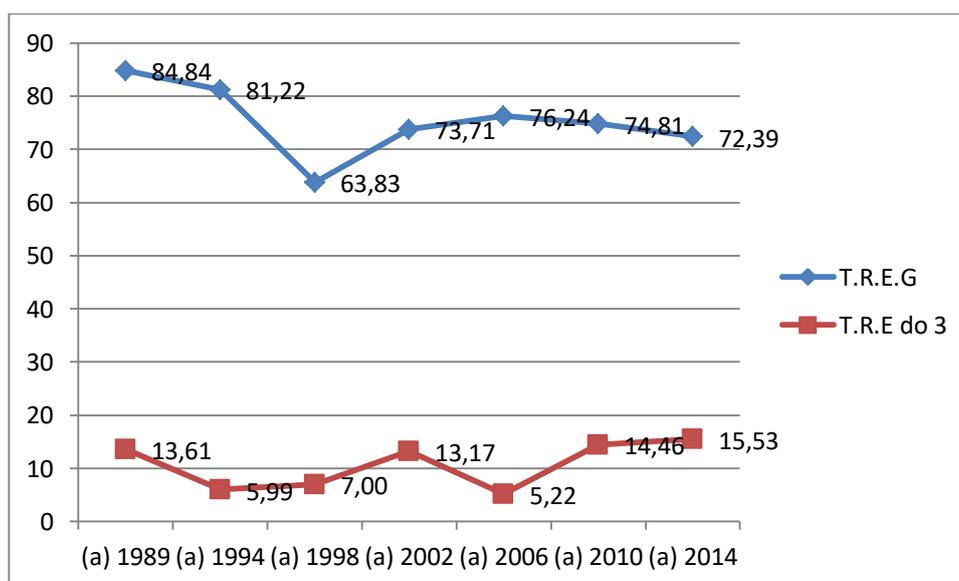


Figura 2 - Comportamento das TREG e da TRE do 3o colocado em 7 eleições presidenciais (1989-2014)

Mas examinar as TREs individuais oferece uma comparação mais consistente. O significado do comportamento da taxa de representatividade eleitoral (TRE) do 3º colocado fica mais claro com o auxílio da figura 2.1 a seguir. Fácil constatar visualmente a variação de patamares deste colocado em relação ao 2º e ao 1º ao longo dos sete (7) pleitos presidenciais. As medidas estatísticas do desvio padrão e, especialmente do coeficiente de variação (desvio padrão relativo) indicam de forma contundente o que se está afirmando. Embora o desvio padrão seja maior do 2º colocado (5,41) em relação ao 3º (4,10), este dado precisa ser relativizado em decorrência da própria ordem de grandeza dos desempenhos de cada um. Assim, lançando-se mão do coeficiente de variação, observa-se que o do 3º é de 38,33%, do 2º 25,13% e do 1º 9,85%. Ou seja, quanto maior é o coeficiente de variação menos estável é o desvio padrão e, portanto, mais impactante é a variação.

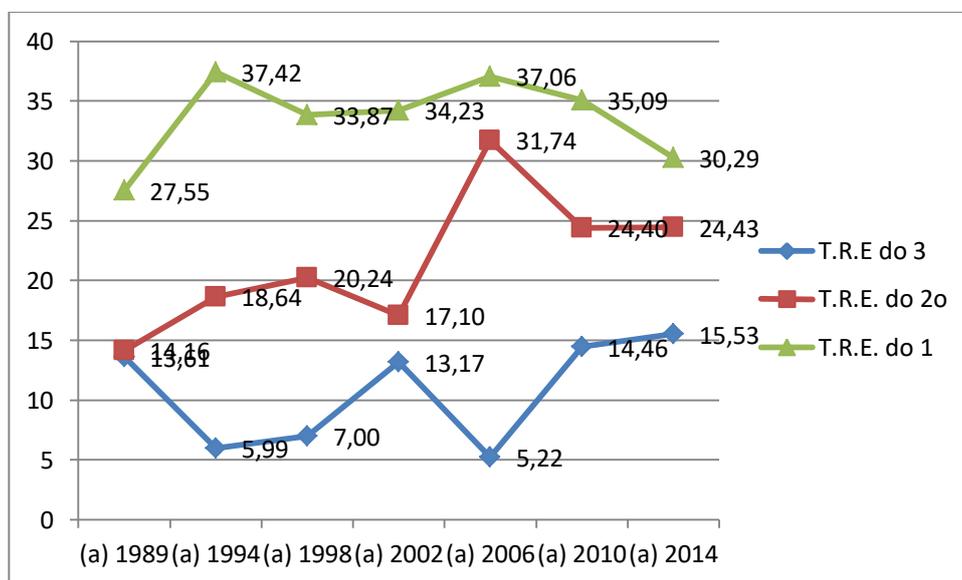


Figura 2.1 - Comportamento das TREs dos 1o, 2o e 3o colocados em 7 eleições presidenciais

### *Terceiro e retardatários juntos contra o segundo colocado*

Das sete (7) eleições presidências do período em questão, observa-se que em duas (2) delas (nas de 1989 e na de 2002) a soma dos votos do terceiro colocado e dos retardatários superou a do segundo colocado. Nas outras cinco (5) eleições (1994, 1998, 2006, 2010 e 2014), o segundo colocado superou de forma nítida os que ficaram atrás (*vide tabela 5 seguinte*). Além disso, a variação das diferenças de todas as disputas entre as referidas posições foi bem

pronunciada. Como já mostrei anteriormente, a eleição de 1989, primeira da Nova República, foi atípica em diversos sentidos explicando em boa medida a superioridade do terceiro e retardatários somados sobre o segundo colocado. Em 2002, primeira eleição vitoriosa do PT, o segundo colocado, José Serra, pertencia ao partido da situação (PSDB) que governava por dois mandatos consecutivos e sofria desgaste em seus momentos finais junto a diversos segmentos da sociedade. O melhor desempenho absoluto de um segundo colocado se deu na eleição de 2006, quando, justamente, ocorreu o pior do terceiro e retardatários somados gerando uma razão de 4,27.

Tabela 05				
<i>Votos do 2º colocado para o 3º e retardatários somados, diferença absoluta de votos e Razão em sete eleições presidenciais (1989-2014)</i>				
ANO	2o COLOCADO	3o E RETARDATÁRIOS	DIFERENÇA 2o	RAZÃO 2o / 3o
1989	11.622.673	35.397.328	(23.774.655)	0,33
1994	17.112.255	11.823.161	5.289.094	1,45
1998	21.475.218	10.310.717	11.164.501	2,08
2002	19.705.445	25.791.834	(6.086.389)	0,76
2006	39.968.369	9.365.999	30.602.370	4,27
2010	33.132.283	20.806.436	12.325.847	1,59
2014	34.897.211	25.858.923	9.038.288	1,35

Fonte: TSE, dados organizados pelo autor

### *Palavras finais*

Apresentei ao longo deste trabalho os dados que indicam que o desempenho do terceiro colocado sofreu variações nas sete (7) eleições, embora tendo um comportamento entre quase fraco e moderado em cada pleito. Quero dizer com base em tal constatação e nas outras também apresentadas que o maior impacto do terceiro colocado para o processo eleitoral foi o de assegurar a realização dos dois turnos na maioria das vezes. Ainda assim, a segunda posição só foi ameaçada de forma efetiva por duas (2) vezes; a primeira em 1989 com Leonel Brizola e a segunda com Marina Silva em 2014. No entanto, em 1989 pesquisas de intenção de voto indicavam a trajetória

ascendente do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, alguns dias antes do primeiro turno e descendente de Brizola. Ou seja, Brizola estava deixando a segunda posição para chegar a terceira. E Marina Silva também seguia a mesma trajetória em 2014, cedendo a segunda colocação para o senador Aécio Neves (PSDB-MG) quase no dia da realização do primeiro turno. A distância do terceiro colocado para o segundo e para o quarto foi outro indicador a revelar que a terceira colocação só se traduziu em um elemento de incerteza do resultado em duas das sete eleições por ser na maioria delas muito grande.

\*\*\*

### *Fontes pesquisadas*

- Carta Capital. Agosto de 2010;
- Constituição da República Federativa do Brasil (versão atualizada);
- Folha de São Paulo (versões digitais de 1989 a 2014);
- O Estado de São Paulo (versões digitais de 1989 a 2014);
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Eleições anteriores. <http://www.tre.jus.br> ;

### *Glossário de Indicadores*

**IF** – Índice de Fragmentação. No caso aqui estudado, mede a fragmentação da disputa presidencial em primeiro turno. Obtém-se o IF subtraindo-se do número hum (1) a soma dos quadrados com três algarismos depois da vírgula das votações relativas obtidas pelos candidatos tendo por base os votos válidos. O uso de três casas é para aumentar a precisão e observar as diferenças existentes e conhecer nos detalhes a eventual “contribuição” de cada candidato para a formação do índice. Portanto, quanto mais perto de hum (1) maior é o IF, ou seja, maior é a fragmentação. Supõe-se que um maior IF implique em maior número de votos válidos e no caso dos sistemas políticos com dois turnos a quase certeza de sua realização.

**TME** – Taxa de Marginalidade Eleitoral. É o número percentual, oposto à Representatividade Eleitoral (TME) que indica o antagonismo às candidaturas presentes à disputa reunindo os votos nulos e em branco (não válidos) mais a abstenção eleitoral. Na medida em que o total do eleitorado é incluindo na base de cálculo, a TME será sempre um valor grande, pois dos três componentes a abstenção é sempre o maior, mesmo levando-se em conta que no Brasil o voto é obrigatório.

**TRE** – Taxa de Representatividade Eleitoral. Pode ser medida em termos agregados, isto é, todos candidatos somados (**TREG**), mais adequada para melhor compreensão do sistema, e individuais (do candidato) tendo o eleitorado apto como base de cálculo, pois demonstra a real capacidade de mobilização do sistema político e dos candidatos em sua individualidade para a eleição analisada. Portanto, a TRE é o percentual de voto da soma dos percentuais de todos os candidatos (opção agregada). Vale também para as eleições proporcionais, porém a interpretação sobre a TRE deve levar em conta que o voto proporcional, especialmente com lista aberta (nominal) implica em elevada fragmentação dos percentuais individuais e no caso das eleições nacionais as jurisdições são diferentes (presidente da República é o único cargo com jurisdição em todo o território nacional). Exemplo: a TRE individual de Dilma Rousseff no primeiro turno de 2014 foi de 38,16% enquanto à TRE individual do candidato mais bem votado para deputado federal em São Paulo em 2014, Celso Russomano foi de 4,77%. Além disso, somente as eleições executivas contam com a possibilidade de dois turnos (no caso dos municípios em colégios eleitorais a partir de 200 mil eleitores). Portanto, a TRE medida em uma eleição executiva em dois turnos não deve ser comparada à proporcional que só dispõe de um turno. No tocante ao emprego da TRE para a eleição legislativa a ainda outra questão a considerar no uso agregado, isto é, a taxa ser usada com base em todos os eleitos pelo partido-coligação (percentual sempre menor), ou para todos os candidatos que receberam votos (percentual sempre maior). Ou seja, no primeiro caso (sobre total dos eleitos) a TRE em SP é de 37,49% e no segundo (nominais dados a todos os candidatos) é de 59,64%. Outros recursos são possíveis para outras finalidades, mas escapam ao nosso objeto.

## ANEXOS

**TABELA 02-1**

*Total de Partidos que lançaram candidatos a Presidência da República em ao menos uma eleição entre 1989 e 2014, total de anos da disputa, primeira disputa e disputa mais recente (ordem decrescente de postulações)*

<b>PARTIDO</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>TOTAL DE CANDIDATURAS</b>	<b>PRIEMEIRA</b>	<b>MAIS RECENTE</b>
PSDB	7	1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014	1989	2014
PT	7	1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014	1989	2014
PV	4	1989, 1998, 2010, 2014	1989	2014
PSDC	4	1998, 2006, 2010, 2014	1998	2014
PSTU	4	1998, 2002, 2010, 2014	1998	2014
PCB	3	1989, 2010, 2014	1989	2014
PDT	3	1989, 1994, 2006	1989	2006
PRONA	3	1989, 1994, 1998	1989	1998
PSC	3	1994, 1998, 2014	1994	2014
PCO	3	2002, 2010, 2014	2002	2014
PSOL	3	2006, 2010, 2014	2006	2014
PMDB	2	1989, 1994	1989	1994
PMN	2	1989, 1998	1989	1998
PRN	2	1989, 1994	1989	1994
PPS	2	1998, 2002	1998	2002
PSB	2	2002, 2014	2002	2014
PRTB	2	2010, 2014	2010	2014
PCN	1	1989	1989	1989
PDC do B	1	1989	1989	1989
PDS	1	1989	1989	1989
PFL	1	1989	1989	1989
PL	1	1989	1989	1989
PLP	1	1989	1989	1989
PMB	1	1989	1989	1989
PN	1	1989	1989	1989
PP	1	1989	1989	1989
PPB	1	1989	1989	1989
PSD	1	1989	1989	1989
PSP	1	1989	1989	1989
PTB	1	1989	1989	1989
PPR	1	1994	1994	1994
PSN	1	1998	1998	1998
PT do B	1	1998	1998	1998
PTN	1	1998	1998	1998
PRP	1	2006	2006	2006
PSL	1	2006	2006	2006

FONTE: TSE, dados organizados pelo autor

TABELA-02-AA			
<i>Votação dos candidatos que obtiveram a terceira colocação em ao menos uma das sete eleições presidenciais entre 1989 e 2014</i>			
CANDIDATO	A	B	C
Ciro Ferreira Gomes (A, 1998; B, 2002)	7.426.190	10.170.882	
Enéas Ferreira Carneiro (A, 1989; B, 1994; C, 1998)	360.561	4.670.894	1.447.090
Leonel de Moura Brizola (A, 1989; B, 1994)	11.168.228	2.015.284	
Marina Osmarina Silva (A, 2010; B, 2014)	19.636.359	22.176.619	

TABELA 06			
<i>Índice de Fragmentação (IF) do Primeiro Turno das Eleições Presidenciais Brasileiras (1989-2014)</i>			
ANO	IF	POSIÇÃO	NÚMERO DE CANDIDATOS
1989	0,817	1º	22
1994	0,623	5º	08
1998	0,606	6º	12
2002	0,684	2º	06
2006	0,586	7º	07
2010	0,636	4º	09
2014	0,669	3º	11

TABELA-02-AB			
<i>Percentual de voto sobre eleitorado dos candidatos que obtiveram a terceira colocação em ao menos uma das sete eleições presidenciais entre 1989 e 2014</i>			
CANDIDATO	A	B	C
Ciro Ferreira Gomes (A, 1998; B, 2002)	7,0	8,8	
Enéas Ferreira Carneiro (A, 1989; B, 1994; C, 1998)	0,4	5,1	1,4
Leonel de Moura Brizola (A, 1989; B, 1994)	13,6	2,2	
Marina Osmarina Silva (A, 2010; B, 2014)	14,5	15,5	

TABELA 04-01				
<i>Diferenças de pontos percentuais entre o terceiro colocado e o segundo e entre o terceiro e o quarto e entre o terceiro e todos os retardatários somados (1989 a 2014), no primeiro turno das eleições, considerando-se Votos Válidos, Comparecimento e Eleitorado Apto</i>				
Ano da Eleição	Diferença do 3º para o:	Votos Válidos	Comparecimento	Eleitorado Apto
(a) 1989	2º colocado	(0,65)	(0,61)	(0,55)
	4º colocado	4,85	4,55	4,12
	Do 4º para trás	(18,8)	(17,6)	(16,2)
(a) 1994	2º colocado	(19,66)	(15,97)	(13,55)
	4º colocado	3,00	2,43	2,07
	Do 4º para trás	(3,90)	(3,10)	(2,70)
(a) 1998	2º colocado	(20,74)	(16,86)	(13,24)
	4º colocado	8,83	7,18	5,64
	Do 4º para trás	6,70	5,40	4,30
(a) 2002	2º colocado	(5,33)	(4,77)	(3,93)
	4º colocado	5,90	5,28	4,35
	Do 4º para trás	5,4	4,8	4,0
(a) 2006	2º colocado	(34,69)	(31,86)	(26,52)
	4º colocado	4,21	3,85	3,21
	Do 4º para trás	3,95	3,71	3,00
(a) 2010	2º colocado	(13,28)	(12,14)	(9,94)
	4º colocado	17,59	16,86	13,81
	Do 4º para trás	17,31	16,64	13,60
(a) 2014	2º colocado	(12,23)	(11,05)	(8,90)
	4º colocado	19,77	17,86	14,40
	Do 4º para trás	17,77	16,06	12,95

\***RUI TAVARES MALUF** é diretor de Processo & Decisão Consultoria, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Doutor em ciência política (USP), mestre em ciência política (UNICAMP). Autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2011) e *Prefeitos na Mira* (2001), ambos publicados pela editora Biruta.

\*\*\*